

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Brito, Francisco

Não se caçam trutas a barbas enxutas : os militares e os civis em 1820

<http://hdl.handle.net/11067/5837>

<https://doi.org/10.34628/zx2e-w831>

Metadados

Data de Publicação	2021
Tipo	bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-02T19:30:06Z com informação proveniente do Repositório

Não se caçam trutas a barbas enxutas.

Os militares e os civis em 1820.

Trout are not hunted with dry beards. The military and civilians in 1820.

Francisco Brito

Investigador (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Memória, CICTEM)

ORCID: 0000-0001-5028-0061

DOI: <https://doi.org/10.34628/zx2e-w831>

Resumo:

Nos meses que precederam e que se seguiram à Revolução de 24 de Agosto de 1820 ocorreram diversos momentos de tensão e de polarização entre as forças civis e militares que dirigiram a Revolução. No último trimestre de 1820 e ao longo de 1821 essa polarização chegaria às Cortes e aos jornais discutindo-se publicamente a “paternidade” da Revolução. A discussão pública terá sido precedida por movimentações particulares e privadas em que ao mesmo tempo que se tratava do processo revolucionário (através de operações e movimentações militares, controlo de praças e de regiões, etc) começava a ser discutido não só o posicionamento e o papel dos intervenientes na Revolução no futuro do país mas também a “glória” que cabia a cada um pelo seu papel na preparação da Revolução e na sua consolidação. Depois, especialmente a seguir à “Martinhada” (11.11.1820), essa questão passou a ser alimentada nos periódicos, em panfletos e noutros meios públicos, discutindo-se a paternidade e a génese da Revolução.

Pouco a pouco os principais Oficiais que encabeçaram o pronunciamento de 24 de Agosto de 1820 e as grandes operações militares que se seguiram (nomeadamente a ocupação de Lisboa) foram sendo progressivamente afastados ou menorizados acabando por abandonar o campo liberal.

Este trabalho tem por objectivo estudar esta divisão que marcou os primórdios da Revolução e que, ao longo dos tempos, parece ter passado para segundo plano na análise historiográfica desse período. Aparentemente esta polarização entre civis e militares deu-se, numa primeira fase, na própria preparação da Revolução. Depois terá havido uma união de esforços para levar o projecto revolucionário a bom porto. Contudo, rapidamente, alguns militares (como António da Silveira e Gaspar Teixeira) terão empreendido o seu próprio projecto político que divergia daquele que o Governo entretanto estabelecido havia traçado para o país. Após a “Marinhada” e ao longo do ano de 1821 começa a ser discutida publicamente a paternidade da Revolução e consolida-se uma divisão que perduraria e que se faria sentir na Guerra Civil.

Através do estudo de alguma correspondência (que supomos inédita) de José Ferreira Borges, Francisco Gomes da Silva, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, Alexandre Alberto de Serpa Pinto, entre outros, da análise comparativa de diversos comunicados, artigos e panfletos coevos (ou de obras escritas por aqueles que viveram os acontecimentos revolucionários, como “Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto e 1820” de José Maria Xavier de Araújo ou “Alicerces da Regeneração Portuguesa” de Bernardo Correa de Castro Sepúlveda) e ainda do perfil e relações pessoais e de parentesco de militares (como como António da Silveira Pinto da Fonseca, Sebastião Drago Cabreira, Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, etc) pretendemos, como já foi referido, dar a conhecer um pequeno estudo sobre este momento de polarização entre dois campos que se viriam a digladiar na Guerra Civil e, dentro do que a documentação disponível nos permite, perceber o porquê do envolvimento de alguns dos principais líderes militares no movimento revolucionário de 1820 e as verdadeiras razões do seu rápido descontentamento.

Palavras-chave: Revolução de 1820; Exército; Sinédrio, os militares e os civis na revolução de 1820.

Abstract:

The purpose of this paper is to make public a small study of the division between civil and military forces in the beginning of the 1820 Revolution.

Apparently this polarization took place, in a first phase, in the preparation of the Revolution. Then there was a joint effort to bring the revolutionary project to fruition. Soon, however, some military leaders (such as António da Silveira and Gaspar Teixeira) developed their own political project that differed from the one that the government established in the meantime had set for the country. After the “Martinhada” and throughout the year of 1821 the paternity of the Revolution began to be publicly discussed and a division that would last and that would be felt in the Civil War was consolidated.

Through the study of some correspondence (which we suppose unpublished) by José Ferreira Borges, Francisco Gomes da Silva, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, Alexandre Alberto de Serpa Pinto, among others, the comparative analysis of various articles and pamphlets (and works written by those who lived the revolutionary events, such as “Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto e 1820” by José Maria Xavier de Araújo or “Alicerces da Regeneração Portuguesa” by Bernardo Correa de Castro Sepúlveda) and the study of the personal and kinship, profile and relationships of the military (such as António da Silveira Pinto da Fonseca, Sebastião Drago Cabreira, Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, Gaspar Teixeira de Magalhães and Lacerda, etc.) we intend to share our research about this moment of polarization between these two forces that latter would be protagonists in the Civil War and to understand why some of the leading military officers were involved in the 1820 revolutionary movement and the reasons for their discontent with the revolutionary process.

Keywords: Liberal revolution of 1820 Revolution; Army; Sinédrio, military and civilian forces in the revolution of 1820.

1. Não se caçam trutas a barbas enxutas¹

Numa curiosa carta «reservada» dirigida por José de Sousa Pereira de Sampaio Vahia (mais tarde Visconde de Santa Marta) ao General Gaspar

1 A expressão original seria «Não se caçam trutas a bragas [calças] enxutas». Ao longo dos tempos o provérbio foi sendo adulterado e no início do século XIX a palavra «bragas» aparece não raras vezes substituída por «barbas», como acontece nesta missiva.

Teixeira de Magalhães e Lacerda são postos em evidência alguns aspectos que parecem ter marcado o período que precedeu a Revolução de 24 de Agosto de 1820 e os meses que se seguiram. Nessa carta, pertencente ao espólio do General Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda² e da qual se transcreve um excerto, podemos ler o seguinte:

«Reservada – 12.09.1820

Pelo seu Ajudante António Leite recebi hoje o favor das notícias de V. Exca. com que muito folgo e igualmente a memória dos seus affectos, que são para mim de um apreço infinito.

O portador destas é o Coronel Madureira que proximamente tem prestado bons serviços a Causa da Nação havendo antes fonejado[?]. Por os fazer ainda maior e, como posso atender de facto próprio. Em consequência [exposta?] à Junta do Governo Supremo a justiça de seu requerimento q[ue] ela não atendeu directamente por haver cometido a V. Exca. a disposição do Governo de Tras-os-Montes e ignorar se o comando de Milicias de Chaves estaria por ventura encarregado outro official não conhecendo a relevância dos seus serviços o manda apresentar a V.Exa. dando-lhe para isso uma guia de transito.

É necessário que aproveitando o favor com que V. Exca. me honra lhe fale em franqueza: e neste pressuposto pode V. Exca. acreditar que vivamente me magoa ver desatendidos serviços tão decis[ivos] e arriscados ainda em tempo que deles tanto se precisa; e se para os contemplar é mister a pequenez do meu sacrificio eu os aplico de mui boa vontade como q[ue] [me] se contenta com o bem geral da Nação e dos Beneméritos.

Se V. Exca. o mandar para comando do seu Regimento talvez ahi mesmo possa ser bem útil à causa: e quaisquer determinações de V. Exca. são sempre respeitadas pela Junta como tenho presente; igual fica somente o sentimento de não poder aproveitar os talentos de V. Exca. em toda a plenitude de que se fazem credores.

Ella [a Junta] vai para Coimbra no dia 14 deixando aqui uma comis-

2 Este valioso espólio documental amplamente citado neste artigo encontra-se dividido entre o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e o Arquivo da Sociedade Martins Sarmento. Terá sido entregue em momentos distintos pelos representantes da Casa de Vila Pouca às referidas instituições.

A carta em questão encontra-se arquivada no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

são composta de 5 ou 6 deputados em que sou contado. Convida o Snrs Comandantes do Exército a comparecerem ali no dia 20 para concertarem o plano das operações; e daqui V. Exca. inferirá qual tem sido a co[a]llusão da maioria da Junta e qual o conceite que V. Exca. lhe merece. Sem dizer muito entendo que me tenho explicado bastante, e não se cação trutas a barbas enxutas. (...)»

A missiva revela duas preocupações que desde cedo marcaram a tensão entre civis e militares durante a preparação do pronunciamento e nos tempos que se seguiram: a questão das colocações e promoções no Exército e as dúvidas em relação à actuação da Junta Provisória do Governo do Reino (depreende-se que dos civis que a compunham), no que à condução das operações militares diz respeito. Essa desconfiança é materializada na pergunta sobre «o conceite» que a posição da Junta merecia ao General Gaspar Teixeira e na frase «não se cação trutas a barbas enxutas» que indicia uma necessidade de actuação ou de acção que, na perspetiva de Vahia (talvez com algum exagero), não estaria a ser considerada pela Junta.

O facto desta carta ser enviada por um sobrinho a um tio (ambos militares de alta patente) põe em evidência a intrincada teia de relações de parentesco dentro do Exército e o peso que esta rede viria a ter não só na génese da revolução, mas também no período que se seguiu.

Nesta missiva vamos encontrar três aspectos que marcaram o período em análise (e que outros relatos e documentos corroboram): desconfiança dos militares em relação à Junta (no plano político e militar), preocupação com as colocações e promoções militares e o parentesco como um dos factores a ter em conta no pronunciamento militar do dia 24 de Agosto e das acções e movimentações militares subsequentes.

2. A ligação Transmontana: militares com uma terra e um passado comum.

São bem conhecidos grande parte dos antecedentes da Revolução de 24 de Agosto de 1820. A conspiração Gomes Freire, o descontentamento da população, a vontade do regresso da Corte do Brasil, a crescente influência inglesa no comércio com o Brasil, o seu domínio no Exército e os acontecimentos em Espanha em 1820 (com a restauração da Constituição de Cádiz) são comumente aceites como os principais factores que estiveram

na génese da Revolução.

Também está bem documentada a formação do Sinédrio e o pensamento político, jurídico e económico de figuras como Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, Xavier de Araújo ou Silva Carvalho e, salvo ocasionais contradições, o conhecimento sobre esta matéria permite definir com clareza a linha de actuação e pensamento daqueles que foram os principais intervenientes civis dos acontecimentos que antecederam e se seguiram à revolução.

Se é possível fazer esta afirmação a respeito do pensamento e acção os civis, o mesmo não se pode dizer sobre os militares. Dos intervenientes civis dos acontecimentos revolucionários chegaram-nos as «Revelações e Memórias» de Xavier de Araújo (amplamente difundidas), o «Memorandum» de Silva Carvalho e diversas intervenções (feitas em periódicos, panfletos, manifestos, representações, etc) de figuras como Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, entre outros.

Do lado dos militares não só sobreviveram menos testemunhos coevos mas também, salvo algumas excepções, esses relatos passaram para segundo plano na historiografia mais recente. Contudo alguns historiadores puseram em evidência a relevância (e a singularidade) da participação dos militares nesta Revolução. Jorge Borges de Macedo chega mesmo a considerar que a «grande característica que a Revolução de 1820 apresenta, e que é capital na história contemporânea de Portugal, é a entrada na cena política portuguesa dos militares como tais»³. Na verdade, apesar de alguns militares representarem certos interesses e ambições que transcendiam a simples lógica castrense, o que aconteceu no dia 24 de Agosto foi de facto um pronunciamento militar e não uma «revolução» (termo a que recorreremos uma vez que a efeméride assim é conhecida e designada).

Os testemunhos coevos, chegaram-nos pela pena de Bernardo Correia de Castro Sepúlveda numa memória das suas acções militares intitulada «Alicerces da Regeneração Portuguesa» e numa extensa «Representação às Cortes Portuguesas» da autoria do intempestivo Coronel Sebastião Drago de Brito Cabreira (em que são narrados os seus feitos desde o período que antecedeu a Revolução até ao estabelecimento do Governo em Lisboa). São ainda conhecidos alguns manifestos publicados por altura dos principais aconteci-

3 (MACEDO, 1979 p. 255)

mentos e certos folhetos e panfletos dos quais destacamos o opúsculo «Honra Militar» (hoje desaparecido) cujo conteúdo apenas conhecemos através de uma réplica intitulada «Desagravo da Honra Militar» (1821).

Se é verdade que o pensamento dos militares que fizeram o pronunciamento de 24 de Agosto de 1820 é hoje quase desconhecido, o mesmo não podemos dizer de alguns aspectos da sua vida, nomeadamente da sua naturalidade, passado comum e relações de parentesco. O tema já conheceu um importante e valioso estudo⁴ ao qual se podem acrescentar alguns dados que ajudam a completar o tratamento da questão.

O conjunto das forças militares que estiveram presentes ou apoiaram o pronunciamento que teve lugar no Campo de Santo Ovídio no dia 24 de Agosto de 1820 era composto dos seguintes Corpos: Regimento n° 6, n° 18, n° 9, n° 21, n° 15 de Infantaria; n°7, n° 11 e n° 12 de Caçadores; Regimento de Artilharia n° 4 no Porto; Corpo de Polícia do Porto, Milícias da Maia, da Vila da Feira e do Porto. Toda a força de linha de Trás-os-Montes com Gaspar Teixeira à sua frente.⁵ A estes juntava-se aquele que viria a ser o Presidente da Junta Provisional do Governo do Reino, o Coronel de Milícias António da Silveira Pinto da Fonseca.

O pronunciamento teve como Chefe o transmontano Coronel de Milícias António da Silveira Pinto da Fonseca (irmão do Conde de Amarante) e como principais actores o Coronel Sebastião Drago de Brito Cabreira e Bernardo Correia de Castro Sepúlveda. Dos corpos militares que apoiaram militarmente o pronunciamento eram comandados por transmontanos (ou por indivíduos com fortes ligações à região) os seguintes regimentos: N° 6 (Domingos António Gil de Sarmiento Figueiredo), N° 18 (Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda), Milícias do Porto (José de Sousa Pimentel), Milícias da Maia (mobilizadas por Tiburcio Joaquim Barreto Feio, comandadas interinamente pelo Major José Pedro Cardoso e Silva, cujo Coronel era José Augusto Leite Pereira de Melo, genro do General Gaspar Teixeira e filho de Pedro Leite Pereira de Melo⁶) e a força de linha de Trás-os-Montes, comandada por Gaspar Teixeira. É ainda de referir que o Coronel António Lobo Teixeira de Barros, do n° 12 de Caçadores tinha origens transmon-

4 (CARDOSO, 2007).

5 (ARAÚJO, 1846 p. 26-27) e Diário Nacional com permissão da Junta do Supremo Governo Provisório do Reino 26.08.1820.

6 Foi Membro pela Nobreza da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino.

tanos (o seu pai era natural de Sabrosa) e que o General Filipe de Sousa Canavarro era também natural de Sabrosa⁷.

Com a exceção do Regimento n° 4, liderado pelo Coronel Sebastião Drago de Brito Cabreira, pode dizer-se que os principais corpos envolvidos no pronunciamento eram liderados ou estavam sob a influência dos militares transmontanos.

Uma boa parte dos líderes militares envolvidos no pronunciamento de 24 de Agosto tinha também em comum um passado e uma história de combate aos franceses na Guerra Peninsular. Muitos faziam parte de uma aristocracia ou nobreza de província que, ao contrário daqueles que haviam servido na Legião Portuguesa (criada por Junot), escolheu não engrossar as fileiras napoleónicas (demitindo-se do Exército) e permanecer em Portugal na altura que a Corte se instalou no Brasil. Tendo combatido na Guerra Peninsular, alguns destes militares e fidalgos teriam certamente aspirações em relação ao seu futuro e estatuto que talvez transcendessem a simples ambição militar e as sempre almejadas promoções. É possível que tivessem em perspetiva uma valorização social de que se achariam credores⁸. Se sobre este ponto são legítimas quaisquer dúvidas, certas são as suas intrincadas relações de parentesco que tentaremos explicar de seguida.

António da Silveira Pinto da Fonseca era cunhado de Maria Emília Teixeira de Magalhães e Lacerda (casada com o seu irmão, o 1° Conde de Amarante). Maria Emília era, por sua vez, irmã do General Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, casado com Maria Antónia de Sousa da Silva Alcoforado, o filho deste casal, o 2° Barão de Vila Pouca era, desde Abril de 1820, Alferes do Regimento de Cavalaria n° 9, tendo sido mais tarde Governador de Aveiro e membro da Maçonaria (os Alcoforados de Guimarães eram parentes afastados de Francisco de Sousa Cyrne Madureira Alcoforado, que viria a integrar a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino).

Gaspar Teixeira era sogro do Coronel de Milícias da Maia José Augus-

7 Este militar não entrou na Revolução mas também não se opôs ao movimento

8 Silva Carvalho no seu «Memorandum» afirma que logo depois do dia 24 de Agosto «Antonio da Silveira a quem se unira o Coronel Cabreira (...) começou a mostrar o desejo de preponderar sobre as decisões do governo e mui principalmente sobre o Exército, a onde a torto e a direito queria meter todos os seus parentes e amigos, fossem ou não capazes para os Postos que ele lhes destinava (...)» p. 138. É ainda de notar que muitos destes militares acabam por ser agraciados com títulos nobiliárquicos (que aceitaram) de 1823 em diante e que desde cedo ambicionariam.

to Leite Pereira de Melo. Os Magalhães e Lacerda e os Silveira Pinto da Fonseca eram, parentes próximos pois tinham como antepassado comum (bisavô) Miguel Pereira do Lago, 4º Morgado do Arco.

António da Silveira Pinto da Fonseca era também parente de D. António de Amorim da Gama (Coronel do Regimento de Milícias do Porto), pois ambos descendiam de João Antunes Guimarães (sendo Amorim da Gama neto de Antunes Guimarães e Silveira Pinto da Fonseca bisneto).

Domingos Gil de Figueiredo Sarmento «situava-se na órbita dos Sepúlvedas»⁹, embora muito provavelmente também orbitasse em torno de Gaspar Teixeira, uma vez que demonstrava uma enorme deferência para com Teixeira, como se verá adiante. E no âmbito da relação entre Gaspar Teixeira, António da Silveira e o Sinédrio há o parentesco (certamente distante e cultivado) de João da Cunha Sottomayor que se refere a Teixeira como «primo e fiel amigo»¹⁰ e cujas «relações estreitas de amizade, e parentesco» com Silveira são referidas por Xavier de Araújo¹¹.

Para o período que se seguiu ao dia do pronunciamento podemos encontrar diversos parentes de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, de António da Fonseca Pinto da Silveira (estes, como já foi referido, parentes próximos) e de Bernardo José Correia de Castro e Sepúlveda na liderança de diversas operações militares. José de Sousa Pereira de Sampaio Vahia (mais tarde Visconde de Santa Marta) era sobrinho de Gaspar Teixeira, os irmãos Marechal António de Lacerda Pinto da Silveira e o Brigadeiro João de Lacerda Pinto da Silveira eram primos de António da Fonseca Pinto da Silveira. O seu meio irmão Manuel Pinto da Silveira Fonseca tinha também uma patente importante, sendo Coronel de Infantaria 22¹², posto em que desempenhou operações de relevo na campanha contra o General Vitória na Beira. Já Sepúlveda, por sua vez, tinha como parentes próximos ligados ao Exército o seu irmão Visconde de Ervedosa (Major do Regimento de Infantaria 24) e os seus cunhados Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa Sá Pereira do Lago (mais tarde Barão de Santa Bárbara) e Francisco de Figueiredo Sarmento (ambos Oficiais do Exército, sendo este último muito provavelmente parente de Domingos António Gil de Figuei-

9 (CARDOSO, 2007 p. 77)

10 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta Cota: 10-27-2-4-2

11 (ARAÚJO, 1846 p. 11)

12 (CARDOSO, 2007 p. 72)

redo Sarmento)¹³.

Sendo certo que estamos a falar de indivíduos e não de um grupo pretensamente homogêneo e estático por definição, houve, ao longo dos anos (e por vezes dentro do mesmo ramo familiar) algumas dissidências e mudanças de campo que são bem conhecidas. Contudo estas relações de parentesco não podem ser ignoradas pois permitem levantar uma série de questões não só sobre o período que precedeu o pronunciamento, mas também sobre os meses que se seguiram.

O parentesco entre estes militares pode ainda ser a explicação para a participação nas movimentações revolucionárias de 1820 ou, em certos casos, para a resignação ou neutralidade em relação ao movimento que então eclodia¹⁴.

3. Vésperas da Revolução: versões, contradições, omissões e possíveis explicações.

Como já foi referido pouco tempo após a Revolução e nos anos que se seguiram foram escritas pelos seus principais intervenientes algumas versões dos acontecimentos. Comparando esses textos, documentos coevos e outras fontes, e centrando-nos fundamentalmente na questão militar ou nas questões que envolvem os militares, podemos encontrar algumas contradições, variantes ou simples omissões de determinados momentos que tiveram algum impacto no decurso da Revolução. São precisamente essas diferenças e divergências que permitem encontrar algumas respostas mas, acima de tudo, lançar algumas questões sobre a participação dos militares que, à luz do anteriormente exposto, de documentação inédita e da mais recente bibliografia parecem ser pertinentes.

Nesse sentido tentaremos partilhar algumas dessas perguntas procurando, dentro das limitações existentes, dar algumas respostas.

3.1. Haveria uma vontade de mudança na mente do Coronel António

13 Idem p. 77

14 Veja-se, por exemplo, a posição de neutralidade do General Canavarro ou a inação do Coronel de Milícias D. António Amorim da Gama (que de acordo com Silva Carvalho sendo possivelmente avisado do movimento acabou por não agir, o que pode ter acontecido por simples incapacidade ou pelas relações de parentesco que tinha com Silveira).

da Silveira Pinto da Fonseca? E desde quando pensava este Coronel no assunto?

De acordo com o seu «Memorandum», Silva Carvalho afirma que desde 1816¹⁵ trocava impressões com Silveira sobre a situação do país e sobre uma necessidade de mudança: «Estava bem certo dos meus Sentimentos, assim como eu devia estar dos d'elle que não me tinha ocultado no decurso de 4 anos (...) nas repetidas e diferentes ocasiões em que falamos sobre matéria política lendo papeis Públicos que hum e outro podia haver à mão, e que tendo-lhe lembrado dar impulso aos negócios de Portugal contara tanto comigo que quando por esta ultima vez tinha chegado ao Porto logo preguntara se eu ainda ali estava»¹⁶.

Já Sebastião Drago de Brito Cabreira afirma que «dias depois de se publicar no Porto a execução feita na pessoa do General Gomes Freire (...) no ano de 1817 tratou com o Coronel de Milícias Silveira da Regeneração da Pátria (...) que não tinha ainda lugar (...)»¹⁷

Parece ser provável que o Coronel António da Silveira tivesse um projecto de «regeneração» ou pelo menos se debruçasse sobre este assunto desde 1816.

3.2. Qual o posicionamento ideológico do Coronel António da Silveira em relação à natureza da «Regeneração» e quais as suas condições para passar à acção?

Para tentar responder a esta pergunta convirá lembrar um pouco algo sobre a figura e o perfil de António da Silveira. Sendo por regra referido como «fidalgo da província de Trás-os-Montes» e «bem aparentado», Silveira certamente teve alguns estudos¹⁸, foi Oficial de Cavalaria na Guerra Peninsular e tinha também uma estreita relação com o mundo dos negócios pois, enquanto grande viticultor e influente na região do Douro, havia exercido durante largos anos o «destacado cargo de Deputado da Companhia [do Alto

15 Silva Carvalho não refere a data mas diz reporta a conversa com Silveira a finais de Março de 1820 e refere que as conversas decorreram no «decurso de quatro anos»

16 (MOGARRO, 1990 p. 127)

17 Cópia da Terceira Representação feita ao Soberano Congresso Nacional por Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira publicada no periódico “Borboleta Constitucional” de 9.11.1821

18 Serão o Coronel António da Silveira Pinto da Fonseca e um António da Silveira Pinto da Fonseca matriculado em Filosofia na Universidade de Coimbra em 1785 a mesma pessoa?

Douro]»¹⁹, o que acrescentava ao seu ponto de vista de vista político e militar alguma sensibilidade e conhecimentos em matéria de economia e dotava este Coronel de uma enorme rede de contactos (com portugueses e estrangeiros), acesso facilitado a informação, etc. É ainda de notar que nas suas conhecidas «Memórias» o Marquês de Fronteira descreve Silveira um «homem de grande talento e habilidade»²⁰. Pouco mais se sabe sobre Silveira para este período. Ainda assim creio que, com estas informações, é possível descrever este Coronel como um homem hábil, inteligente, talentoso e dotado de uma grande rede de relações familiares e sociais.

Sobre as condições evocadas por Silveira para entrar em acção convirá recordar as seguintes palavras de Sebastião Cabreira: «em Portugal nenhuma operação facilitaria a sua independência e dignidade Nacional a menos que o Trono da Espanha não tivesse no seu assento o sistema Constitucional»²¹. A afirmação é feita no contexto da suposta «associação» entre Silveira e Cabreira e remete para as condições pensadas por ambos para levar a cabo uma operação militar.

Silva Carvalho afirma que a posição de Silveira em 1820 era a de «primeiro ver o rumo que tomava a Espanha» e que falariam «depois de reunidas as cortes em Madrid»²², o que coincide com a versão de Cabreira. É ainda de sublinhar que, como já foi referido, Silva Carvalho conhecia os «sentimentos» políticos de Silveira e que ambos liam e trocavam «papeis Públicos que hum e outro podia haver à mão», o que significa que Silveira teria um posicionamento próprio fundamentado pelas informações que recolhia em «papéis Públicos» e pelas conversas «sobre matéria política» que teve com Silva Carvalho e, muito provavelmente, com outras pessoas.

Apesar de nas vésperas da Revolução Silveira pretender assinar um manifesto mais simples (inicialmente desejava a instituição da célebre «Junta de Braganções»²³ composta apenas por militares) e de ter recusado

19 (CARDOSO, 2007 p. 75)

20 (FRONTEIRA, 1928 p. 214)

21 Cópia da Terceira Representação feita ao Soberano Congresso Nacional por Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira Publicada no “Borboleta Constitucional” de 9.11.1821

22 (MOGARRO, 1990 p. 127)

23 Esta expressão parece ter sido usada apenas por Xavier de Araújo e reproduzida por outros autores (o seu significado é ambíguo e tem sido interpretado ou como uma referência à Casa de Bragança ou à cidade de Bragança, numa alusão sem grande sentido à naturalidade de Silveira, que não era natural de Bragança mas sim de Canelas...)

a primeira versão do manifesto, acabou por aceitar uma nova versão (que alguns autores dizem pouco diferir das primeira). O novo manifesto foi «redigido de uma maneira muito cautelosa e intencional onde as palavras e o seu significado foram bem medidas (...)»²⁴, sendo feita referência ao «Governo representativo nas Côrtes da Nação» e à Constituição mas em que não se deixa de proclamar a lealdade à «Casa Augusta de Bragança».

O Coronel Silveira possuía sem dúvida um pensamento conservador que radicava na fidelidade à Casa de Bragança (com tudo o que isso implicava). Este pensamento, no que às preocupações com a manutenção da Dinastia de Bragança e independência nacional diz respeito, poderá ter sido reforçado por rumores de uma mudança dinástica (para a Casa de Cadaval) ou pelas ambições espanholas de uma união dinástica²⁵. Ainda assim, apesar de tudo, Silveira assumiu um compromisso com a mudança e não hesitou em romper com o irmão, o Conde de Amarante, quando tal foi necessário.

A julgar pelo que se depreende da leitura do «Memoradum» de Silva Carvalho, Silveira era um homem com acesso a informação que não só recebia mas também partilhava, parecendo-se mais com o «homem de grande talento e habilidade» descrito pelo Marquês de Fronteira do que com o «ignorante e altivo militar» que Arriaga descreve anos mais tarde²⁶. E, mais importante do que isso, quer de acordo com o testemunho de Cabreira, quer com o que se percebe da leitura de Silva Carvalho, o Coronel tinha uma particular preocupação com o alinhamento político entre Portugal e Espanha (como garante da independência da nação) achando que uma mudança em Portugal não poderia ser feita sem um alinhamento político com Espanha (sem que isso pusesse em causa a independência nacional ou desse origem a um conflito armado). Portanto, ao contrário do que se tem afirmado²⁷, não é absolutamente certo que Silveira apenas quisesse o regresso do rei. O que parece ter ficado demonstrado é que Silveira pretendia o regresso de D. João VI e que a continuidade ou mudança de sistema político decorrente do regresso da Corte teria necessariamente de seguir a linha espanhola. Tal posicionamento parece demonstrar que a sua visão

24 (CORDEIRO, 2020 pp. 93 a 97)

25 (CORDEIRO, 2020 pp. 92 a 98)

26 (ARRIAGA, 1880 I p. 692)

27 (PULIDO VALENTE, 2005 p. 60)

pragmática sobre a condução da política ibérica se sobrepunha a uma preferência por um determinado regime.

3.3. Quem contactou o Coronel António da Silveira para aderir à Revolução?

As versões sobre esta matéria são em grande parte coincidentes. Ferreira Borges afirma que foi João da Cunha Sottomayor que convenceu António da Silveira Pinto da Fonseca a juntar-se ao movimento e que a este foi pedido que convencesse Cabreira²⁸. Xavier de Araújo dá uma informação semelhante dizendo que António da Silveira Pinto da Fonseca «Fidalgo da Província de Trás-os-Montes e da família dos Silveiras, alli muito considerada» é convidado para dirigir a Revolução por João da Cunha Sottomayor, «com quem tinha relações estreitas de amizade, e parentesco»²⁹. Silva Carvalho dá uma versão um pouco diferente dizendo que «Fernandes [Tomás] declarou ser preciso procurar um homem de maior representação que figurasse de Chefe da nossa sociedade, e entre vários que nos lembraram aprovamos António da Silveira Pinto, de quem eu falei com mais conhecimento pois nenhum dos outros tinha com ele as mesmas relações, e apenas teria falado com ele um ou outro, por esse motivo fui encarregado de lhe falar, e assim os pratiquei nos fins de Março de 1820, dando-lhe os primeiros toques num Theatro em um Camarote a onde ele se achava (e disto tenho documentos que se for necessário apresentarei).»³⁰

A julgar pelas provas que diz ter parece ter sido Silva Carvalho a fazer o convite formal, embora afirme também que «um ou outro» membro do Sinédrio já havia falado com Silveira. É ainda de notar a importância que Silva Carvalho atribui a este convite algo que, certamente, resultará do reconhecimento da importância de Silveira (e seus familiares e amigos) para que o pronunciamento fosse bem-sucedido.

Por sua vez a versão de Sebastião Drago de Brito Cabreira destoa das anteriores, pois Cabreira afirma que estava «associado» a Silveira desde 1817 e que deu início a novas conversações com o Coronel Silveira

28 Carta do Excelentíssimo Deputado de Cortes José Ferreira Borges ao Excelentíssimo General Cabreira (...) publicada no "Borboleta Constitucional" 17.05.1821

29 (ARAÚJO, 1846 p. 11)

30 (MOGARRO, 1990 p. 127)

na sequência dos acontecimentos de 7 de Março de 1820 em Espanha³¹, pondo-se assim em pé de igualdade com o Coronel.

O mais provável é que, num momento ou noutro, todos tenham falado com Silveira e que o seu parente João da Cunha Sottomayor e Silva Carvalho fossem os seus interlocutores preferenciais no Sinédrio, fazendo Cabreira parte de um outro canal que Silveira manteria com outros militares.

3.4. O curioso caso do Tenente Coronel Gil

A julgar pelos diversos relatos coevos o Tenente Coronel Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento, conhecido por Tenente Coronel Gil, foi uma das figuras mais gradas ao Sinédrio no pronunciamento de 24 de Agosto. Sendo Tenente Coronel do Regimento de Infantaria n.º 6, Domingos Gil terá sido o principal responsável pela neutralização do Coronel Grant (que então tinha o comando do Regimento) o que lhe valeu reconhecimento entre civis e militares.

Silva Carvalho diz ter-se encarregado de instruir alguns oficiais das Tropas que faziam a guarnição da cidade do Porto sendo um dos seus instruendos o Tenente Coronel Gil que achou «muito bem-disposto» e que foi «sondando e encaminhando a sua opinião dando-lhe os Papeis Públicos de Inglaterra e de Espanha, confiando-lhe aqueles que melhor podiam concorrer para formar o desejo de Salvar a Pátria, neste Bravo e honrado Oficial, e de tal maneira consegui afeiçoá-lo à causa da Liberdade que raro era o dia em que ele deixava de ir ao Escritório de Borges, aonde eu estava, conversar comigo, contar-me do que achava na Opinião Pública, e do que pensava cada um dos seus Oficiais a que ele confiava os Periódicos que eu lhe entregava (...) e quando declarei na Sociedade que ele estava pronto falou-lhe Borges convidando-o a unir-se-nos com Tropa quando fosse necessário»³².

Ferreira Borges na sua «Carta» em resposta a Cabreira afirma «fui eu e não foi V.Exa nem o Coronel de Milícias Silveira quem falou ao Tenente

31 Ver Cópia da Segunda Representação feita ao Soberano Congresso Nacional por Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira no periódico “Borboleta Constitucional” de 14.05.1821 e Cópia da Terceira Representação feita ao Soberano Congresso Nacional por Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira Publicada no periódico “Borboleta Constitucional” de 9.11.1821

32 (MOGARRO, 1990 pp. 127 e 128)

Coronel Gil (...)»³³. Já Xavier de Araújo afirma que «Ferreira Borges, Silva Carvalho e Francisco Gomes ganharam e puderam trazer para a nova Revolução o Tenente Coronel Gil do Regimento 6º de Infantaria»³⁴.

Não há dúvidas que o Tenente Coronel Gil estava nas boas graças do Sinédrio. Contudo, como já foi referido neste trabalho, o Tenente Coronel Domingos Gil de Figueiredo Sarmento «situava-se na órbita dos Sepúlvedas»³⁵ (o que poderia resultar de um possível parentesco com Francisco de Figueiredo Sarmento, cunhado do Coronel Bernardo Sepúlveda). Apesar destas boas relações entre Gil e Sepúlveda, estamos em crer que não que à fidelidade militar diz respeito a sua relação com Silveira e Gaspar Teixeira deve ter antecedido a sua ligação com Sepúlveda (muito reforçada pelo alinhamento de ambos na Martinhada). Duas cartas não datadas dirigidas a Gaspar Teixeira contribuem para que se perceba essa proximidade. Numa delas dirige-se nestes termos a Gaspar Teixeira:

“Meu respeitável General e Sor [Senhor] todas as ocasiões que tenho de empregar-me no honroso Serviço de V. Exca são para mim momentos da maior satisfação pela glória que possu[o] de obedecer cegamente a tudo quanto for da vontade de V. Exa. (...)”.

Noutra, mais reveladora e que transcrevemos na íntegra, escreve o seguinte:

“Illmo. e Exmo. Snr

Meu prezadíssimo e honrado General; tomo a liberdade de enviar a V.Exca os papeis pertencentes a meu Primo; e eu nada exponho a V. Exca persuadido e certo que se dignara fazer tudo quanto estiver ao seu alcance. Eu hoje vou jantar com o Illmo. Exmo. Co. [Coronel] Antonio da Silveira e se me for possível depois irei ai tomar as suas ordens.

S [ou] com maior respeito e mais atento ver. e criado
Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmento”³⁶

Estas cartas não se encontram datadas. Ainda assim alguns elementos

33 Carta do Excelentíssimo Deputado de Cortes José Ferreira Borges ao Excelentíssimo General Cabreira (...) publicada no “Borboleta Constitucional” 17.05.1821

34 (ARAÚJO, 1846 p. 12)

35 (CARDOSO, 2007 p. 77)

36 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-23-10

presentes nas referidas missivas³⁷ e consulta de outras fontes apontam para uma data nunca anterior a Fevereiro de 1820 e dificilmente posterior ao início de Setembro de 1820. A invulgar deferência para com Gaspar Teixeira, perceptível no tratamento utilizado nestas cartas (e que posteriormente, depois da Martinhada, se resumirá a um seco “Deus Guarde V. Exca”³⁸), a entrega de documentação (para informação ou resolução de algum problema) e uma certa intimidade ou convivência com António da Silveira com quem chega a ir jantar, revelam-nos uma ligação entre estes três homens que, aparentemente, era até agora desconhecida.

O Tenente Coronel Gil, merecedor de toda a consideração do Sinédrio tinha, por sua vez, uma enorme consideração pelo General Gaspar Teixeira e privava com António da Silveira, tornando-se assim numa improvável ponte entre facções que se desconsideravam mutuamente (aqui referimo-nos em particular à tumultuosa relação de Fernandes Tomás e Ferreira Borges com o Coronel António da Silveira).

Fica mais uma vez a ideia que existiram diversos canais de comunicação e de acção entre facções militares e militares e civis no período que antecedeu e se seguiu ao pronunciamento de 24 de Agosto.

3.5. Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira: sondador ou sondado?

Sebastião Drago de Brito Cabreira foi um dos principais intervenientes nos acontecimentos de 24 de Agosto de 1820 e, dos principais oficiais que impulsionaram a Revolução, terá sido dos poucos que sempre se manteve fiel ao campo liberal. Contudo o seu temperamento intempestivo e o seu comportamento extravagante valeu-lhe duras críticas por parte de diversos intervenientes nos acontecimentos. É dos poucos militares que escreve

37 O tipo de papel das duas cartas parece ser idêntico. A primeira carta menciona o Tenente José Maria Crivas (graduado neste posto em Fevereiro de 1820, de acordo com a ordem do dia publicada na Gazeta de Lisboa de 28 de Fevereiro de 1820). Na segunda carta é feita referência a um jantar com o Coronel António da Silveira e a uma visita a Gaspar Teixeira para receber ordens. Esta proximidade geográfica entre Teixeira, Silveira e o Tenente Coronel Gil deverá ter acontecido num período anterior a 8 de Setembro, altura em que são criados os Exércitos do Norte e do Sul (ficando o Regimento de Infantaria nº 6 de que Gil era Coronel subordinado ao Sul). É ainda de notar que no dia 31 de Agosto Gaspar Teixeira já se encontrava em Viana do Castelo e dali marchou para Trás-os-Montes, isto numa altura em que Silveira e Gil estariam no Porto.

38 Carta de Domingos Gil para Gaspar Teixeira com data de 14.12.1820. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

sobre os momentos que antecederam e que se seguiram ao dia 24 de Agosto, realçando o papel dos militares na Revolução. Na troca de argumentos que em 1821 tem com José Ferreira Borges ficam patentes duas versões bastante diferentes dos acontecimentos. Cabreira tenta claramente exaltar o papel dos militares ao passo que Ferreira Borges o contradiz e o coloca na condição de um mero peão nas mãos do Sinédrio. Contudo a versão de Borges não é «isenta de enviesamento que acentua o seu envolvimento directo em iniciativas de mobilização e de estabelecimento de consensos entre protagonistas hesitantes ou radicais»³⁹.

Algumas das principais divergências entre Ferreira Borges e Cabreira são relativas às datas dos contactos de ambos com outros protagonistas importantes da revolução.

Tentaremos elencar alguns dos pontos de discórdia mais relevantes.

Cabreira diz que a sua motivação para um pronunciamento se deveu ao facto de «os sucessos de 7 de Março de 1820 em Espanha vierão dar uma nova electricidade à minha imaginação». Ferreira Borges responde a esta afirmação dizendo que «desde 22 de Janeiro de 1818» estava empenhado no projecto (com o Sinédrio). Em resposta Cabreira diz-se associado a Silveira com os mesmos objectivos desde 1817.

Ferreira Borges diminui o papel de Cabreira (humilhando-o) quando afirma: «Agora tem V. E. a chave para descobrir os movimentos do Coronel de Milícias Silveira e do Bacharel José da Silva Carvalho com quem V.E. confessa que no dia 19 de Junho sondara a opinião pública: Veja V. E. quem foi o sondador e o sondado; veja que essa mesma opinião pública era por todos nós guiada e aclarada. Cada um de nós tinha sobejas relações para fazê-lo (...). Nós sabíamos bem o pensar de V. E. e dos seus dignos Officiais». Mais adiante Ferreira Borges afirma ter sido ele a contactar com o Coronel Sepúlveda (que, de acordo com Xavier de Araújo, entrara para o Sinédrio no dia 18 de Agosto, tendo chegado ao Porto no dia 16). Por sua vez, Cabreira afirma ter contactado com Bernardo Correia de Castro Sepúlveda «dias antes do dia 19 de Agosto» e ter o testemunho do próprio e de outros militares da participação de Sepúlveda no movimento desde o dia 19 de Agosto.⁴⁰

39 (CARDOSO, 2019 p. 84)

40 Estas representações encontram-se publicadas no periódico “Borboleta Constitucional”

A fazer fé em ambas as versões, Cabreira terá sido sondador e sondado, recrutado e recrutador. A ideia da existência de vários canais de comunicação e de acção parece prevalecer sobre uma perspectiva da existência ou preponderância de uma ordem hierárquica funcional que teria como vértice a estrutura civil que dirigia o Sinédrio.

3.6. Quando aderiu o General Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda à Revolução?

Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda teve um papel fulcral no decurso da Revolução de 24 de Agosto de 1820. Aderiu ao pronunciamento e cedo foi nomeado Comandante-em-Chefe do Exército do Norte, por um despacho da Junta datado de 8.09.1820⁴¹. Em Trás-os-Montes era uma «personalidade altamente influente, não apenas pela elevada graduação de marechal de campo, mas também pela riqueza e antiga linhagem como senhor da Casa da Calçada em Vila Real e do Morgadio da Fonte de Celeirós»⁴². O seu casamento em 1795 com a única filha e herdeira do Barão de Vila Pouca ligou-o a uma importante casa aristocrática vimaranense (que tinha por ascendentes próximos os Viscondes de Asseca, Morgados de Balsemão, Senhores de Lobera na Galiza, diversos fidalgos e morgados importantes da região e como ascendentes mais remotos o 1º Visconde de Vila Nova de Cerveira e outras importantes Casas aristocráticas).

O seu percurso é relativamente conhecido. Notabilizou-se na Guerra Peninsular, aderiu ao pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, foi um dos protagonistas da Martinhada, acabando mais tarde por abandonar o campo liberal. No início de Abril de 1823 já era dado como partidário do «absolutismo».

Não é certa a data em que Gaspar Teixeira aderiu ao movimento revolucionário nem os motivos para apoiar o pronunciamento. Através das «Revelações e Memórias» de Xavier de Araújo sabemos que «na véspera do dia 24» as forças comandadas por Teixeira faziam parte «das forças prontas para a Revolução»⁴³. Isto não quer dizer que Teixeira se encontrasse no Campo de Santo Ovídio no dia 24 de Agosto, mas apenas que as

41 Sociedade Martins Sarmiento. Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3

42 (CARDOSO, 2007 p. 75)

43 (ARAÚJO, 1846 p. 26)

suas tropas estavam com a Revolução possivelmente ocupando algumas posições estratégicas (é de notar que o mesmo parece ter acontecido com o Regimento de Infantaria nº 15, estacionado em Guimarães).

Poderá haver mais do que uma explicação para a adesão deste General ao pronunciamento. O seu parentesco com o Coronel Silveira, as relações que ambos mantinham com o Tenente Coronel Domingos Gil, a sua amizade e parentesco com João da Cunha Sottomayor e todo o contexto da preparação do pronunciamento no Minho (com a visita de Fernandes Tomás e de Xavier de Araújo a Guimarães, onde Gaspar Teixeira residia, para mobilizar o Regimento de Infantaria 15 e sondar a opinião pública)⁴⁴ podem ter estado na génese da participação deste prestigiado militar nos acontecimentos de 24 de Agosto.

3.7. Poderia Gaspar Teixeira desconhecer os preparativos da Revolução e o seu móbil?

A ser verdade que Silva Carvalho e o Coronel Silveira mantinham conversas sobre questões políticas desde 1816 e que Silveira e Cabreira estariam «associados» desde 1817, é muito provável que Gaspar Teixeira também estivesse a par destes acontecimentos, afinal Silveira foi tendo sempre a preocupação de «sondar mais a Opinião pública e o espirito da Tropa»⁴⁵. Se assim foi é natural que quando se começaram a ultimar os preparativos para o pronunciamento tivesse existido desde cedo uma preocupação em contar com o poderoso apoio de Gaspar Teixeira. E o mais certo é que essa preocupação tenha partido dos militares, uma vez que o processo através do qual este importante militar foi contactado nunca é mencionado nas memórias e versões dos civis (com a excepção da breve referência de Xavier de Araújo em que, como já foi referido, é apenas dito que a 23 de Agosto para o pronunciamento contavam com «toda a força de linha de Traz-os-Montes com Gaspar Teixeira à sua frente»)⁴⁶

Na sequência da mudança de campo do General Gaspar Teixeira em Abril de 1823 os seus detratores afirmam que este militar foi no encontrado numa «inércia aprazível [quando] foi surpreendido em 26 de Agosto

44 (MOGARRO, 1990 pp. 127 a 131)

45 Idem p. 127

46 (ARAÚJO, 1846 p. 27).

de 1820 pelo Capitão Moniz» (insinuando-se que teria sido este Capitão a convidar o General para apoiar a Revolução)⁴⁷. Esta versão dos factos não é consentânea com aquilo que é referido por Xavier de Araújo nem com qualquer estratégia militar minimamente elaborada que tivesse por objectivo o domínio de parte do Minho e de Trás-os-Montes. Ainda assim é pertinente a sua divulgação para que se perceba a evolução das narrativas ao longo deste conturbado período.

Para os militares, do ponto de vista estratégico, era elementar contar com o apoio de Gaspar Teixeira. O Coronel Silveira sabia-o bem. O seu irmão, o 1º Conde de Amarante, era um símbolo na região transmontana (e não só) e, tanto quanto se sabe, desde Julho estava a par das movimentações revolucionárias que iriam ter lugar em Agosto. Opunha-se a esse movimento e mantinha contactos com a Regência⁴⁸ sobre esta matéria. Tal facto, aliado à recusa de se juntar ao Exército saído da Revolução, fazia antever uma oposição militar efectiva por parte do Conde de Amarante e um risco, ainda que não muito acentuado, de uma guerra civil.

A 31.08.1820 a Junta aprova a proposta de Gaspar Teixeira relativa à nomeação de António Joaquim Silvano como Governador das Armas de Trás-os-Montes e dá ordem de marcha a Teixeira para Trás-os-Montes⁴⁹, com o objectivo de neutralizar o Conde de Amarante. Numa carta que lhe é dirigida com data de 4.09.1820 (que lhe terá chegado alguns dias depois) é informado «(...) por emissários fidedignos que todas essas tropas [do Conde de Amarante] estão ansiosas por servirem às que manobram debaixo das ordens do novo Governo, logo que estas apareçam em força suficiente de poder recebe-las (...)»⁵⁰. Uma carta do Coronel Alexandre Alberto de Serpa Pinto, citada por Arriaga, revela a «influência que a presença de Gaspar Teixeira exerceu logo no ânimo das tropas»⁵¹ levando à deserção de militares afectos ao Conde de Amarante. A 5 de Setembro dirige uma vigorosa proclamação aos «Transmontanos»⁵² em que chega a fazer ameaças a quem não aderir ao Supremo Governo do Reino. Cedo Gaspar Teixeira

47 Azemel Vimaranesense de 4.04.1823

48 (CARDOSO, 2007 p. 71)

49 Sociedade Martins Sarmento. Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3

50 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

51 (ARRIAGA, 1880 II p. 33)

52 (CORDEIRO, 2020, p. 176)

conseguiu neutralizar o Conde de Amarante, obter o controlo efectivo de quase todo o território de Trás-os-Montes e das regiões adjacentes (com a excepção de Bragança), o que, juntamente com outras acções importantes, lhe valeu o Comando-em-Chefe do Exército do Norte (cargo para o qual foi nomeado por carta enviada pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino com data de 8.09.1820).

A 9 de Setembro a Junta ordena que o Marechal António da Silveira Pinto da Fonseca «tome as medidas mais enérgicas para que seja remetido à sua quinta de Ponte de Lima o Conde de Amarante com todo o resguardo, segurança e respeito devido à sua pessoa»⁵³. Exilado na Galiza o Conde de Amarante acabaria por regressar a Portugal por intermédio de Gaspar Teixeira encontrando-se em território nacional em 4 de Outubro⁵⁴.

Todo este empenho demonstra o compromisso de Gaspar Teixeira com o movimento revolucionário. Contudo, a mudança de campo deste General, faria com que, mais tarde, fosse o próprio a tentar difundir uma versão diferente do seu posicionamento e do seu papel na Revolução. Na sequência da Vila Francada (Maio de 1823) escreve ao rei afirmando que «não soubera dos preparativos do 24 de Agosto e que só em Coimbra conhecera os principais dirigentes do Sinédrio»⁵⁵. É possível que Gaspar Teixeira não conhecesse Fernandes Tomás ou outros dirigentes do Sinédrio, embora seja evidente que conhecia Silveira, Sottomayor e, provavelmente, Xavier de Araújo e Ferreira Borges. O seu compromisso com a revolução e com o «sistema constitucional» está bem patente nesta missiva enviada a D. João VI a 21.09.1821 em que o próprio afirma que ter arriscado «a vida, os bens e mesmo a honra para fazer triunfar a causa da independência da Nação Portuguesa e para que aos ouvidos de Sua Majestade chegassem os gritos de Portugal oprimido e desvalido (...)» e no mesmo documento envia «felicitações pela definitiva consolidação do Systema Constitucional; iguais sentimentos animão todos os Moradores desta Província (...)»⁵⁶. No dia 31 de Janeiro de 1822 este militar ainda se encontrava afecto ao novo «sistema» pois é sabido que em Guimarães participou nas cerimónias públicas de comemoração da instalação das Cortes e, na sua Casa de Vila Pouca, «houve

53 Sociedade Martins Sarmento. Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3

54 (CORDEIRO, 2020, p. 179)

55 (CARDOSO, 2007 p. 76)

56 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-27-2-4-2

companhia (baile) e no fim teatro, com entrada grátis, pagando toda despesa Gaspar Teixeira»⁵⁷. Ainda assim, por esta altura, já não passava de um General esquecido na província...

Gaspar Teixeira é, sem dúvida, uma figura algo enigmática sendo ainda hoje o seu papel na Martinhada (de que falaremos adiante) alvo de diferentes interpretações. Contudo podemos afirmar com alguma segurança que Gaspar Teixeira soube desde cedo dos preparativos do pronunciamento de 24 de Agosto e que, pelo menos publicamente, se manteve fiel aos princípios da Revolução até meados de 1823.

4. De 24 de Agosto à Martinhada: operações militares, descontentamento e desobediência à Junta Provisional do Governo do Reino.

Não pretendemos neste ponto fazer um relato exaustivo das operações e ocorrências que tiveram lugar entre o dia 24 de Agosto e o dia 11 de Novembro de 1820 que, no geral, são bem conhecidas. Aqui tempos apenas por objectivo destacar algumas das desinteligências que tiveram lugar durante este período e certos aspectos que as caracterizaram.

Um dos primeiros pontos em que é demonstrado algum desentendimento ou falha de comunicação entre a Junta e o General Gaspar Teixeira é numa questão relativa à detenção do General John Wilson. A 29 de Agosto a Junta, pela pena de Francisco Gomes da Silva, escreve a Gaspar Teixeira ordenando que «insinue aos Snrs Ricardo Blunt e João Wilson ser do agrado da mesma que eles deixem a residência dessa província e que recolham quanto antes a esta Cidade onde poderão melhor e mais seguramente existir»⁵⁸. Entretanto Gaspar Teixeira terá respondido pedindo autorização para a «remoção» do General, uma vez que a diplomática «insinuação» não terá sido suficiente, como se depreende desta resposta dada pela Junta a 1.09.1820 : «A Junta Provisional do Supremo Governo do Reino foi presente o officio pelo qual V. Exca. dirigiu ao seu Presidente com data de 31 do mês passado, e ela aprova o removimento do General Wilson para esta cidade tanto que até já com data de 29 de Agosto havia oficiado a V. Exca nesse mesmo respeito (...)».

57 Sociedade Martins Sarmiento, Ephemerides Vimaraneses, João Lopes de Faria, BS 1-5-48, 4 trimestres.

58 Sociedade Martins Sarmiento. Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3

Neste mesmo documento, através da resposta que é dada pela Junta, é já visível a preocupação de Gaspar Teixeira com a entrada em Lisboa: «O estado actual das coisas não promete que venha a ser necessário empregar Forças contra Lisboa».

No dia 7 de Setembro a Junta assume a Chefia do Exército Nacional e no dia 8 atribui o Comando-em-Chefe do Exército do Norte a Gaspar Teixeira. Era urgente avançar para uma organização militar eficaz e determinar com rigor o decurso das operações militares, uma vez que alguns casos de completa descoordenação parecem ter sido evidentes por esta altura. No dia 5 de Setembro, em carta enviada a Gaspar Teixeira, a Junta refere uma importante movimentação militar levada a cabo por Bernardo Sepúlveda sem a sua autorização ou conhecimento⁵⁹. Mais tarde Sepúlveda, referindo-se aos acontecimentos que tiveram lugar entre finais de Agosto e o dia 14 de Setembro, viria a afirmar que esses «movimentos eram conformes às instruções que (...) havia recebido do Supremo Governo, o qual também aprovou todas as operações e providências que eu até ali havia dado (...)»⁶⁰. Dias antes (no dia 30 de Agosto)⁶¹ Manuel Pinto da Silveira (meio-irmão do Coronel António da Silveira), entrava em Coimbra (com ordem da Junta) onde dias depois iria receber Bernardo Sepúlveda e com ele empreender algumas operações que, aparentemente, foram realizadas à revelia da Junta. O bom resultado destas movimentações ia chegando a Gaspar Teixeira com a garantia – que parece revelar uma preocupação – «que de nenhuma sorte altera[m] o plano ordenado da operação principal sobre Lisboa»⁶².

A mesma preocupação sobre a participação nas operações em Lisboa

59 «A Junta Provisional do Governo do Reino manda comunicar sem demora a V. Exca. a participação oficial do Coronel Sepúlveda seu Deputado Delegado Comandante em segundo do Exército do Sul na qual V.Exca verá que ele projectou e concertou com o Coronel Manuel Pinto e com o Coronel Francisco António Pamplona fazer um movimento combinado entre os dois corpos de Coimbra e de Águeda sobre o centro da Província da Beira (...) **Como a Junta não havia ordenado este movimento**, que reservava para o momento de uma combinação com V. Exca., não pode fazer mais do que participar-lhe para seu governo esperando que tomara as acertadas medidas que julgar mais conveniente relativamente a dita operação. (...)»

Sociedade Martins Sarmento. Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3

60 (SEPÚLVEDA, 2020 p. 7)

61 DOMINGUES, José e MOREIRA, Vital – «O papel de Coimbra na Revolução Liberal». in JN História 24.08.2020. p. 44

62 Carta datada 15.09.1820 escrita por Afonso Botelho de S. Paio e Sousa Ajudante General (parente de Gaspar Teixeira). Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

é partilhada pelo Ajudante General António Leite que em carta escrita a 11.09.1820 ao seu primo Gaspar Teixeira mostra estar descontente com a sua presente situação, mas satisfeito por lhe ter sido prometido que teria «(...) licença para me juntar a Vexa e ao Exército antes de chegar às vizinhanças de Lisboa (...)»⁶³.

Na já citada carta «reservada» de José de Sousa Pereira de Sampaio Vahia escrita a 12 de Setembro são mais uma vez reveladas preocupações relativas às determinações da Junta, como se infere da leitura do seguinte excerto: «Ella [a Junta] vai para Coimbra no dia 14 deixando aqui uma comissão composta de 5 ou 6 deputados em que sou contado. Convida os Snrs Comandantes do Exército a comparecerem ali no dia 20 para concertarem o plano das operações; e daqui V. Exca. inferirá qual tem sido a co[a]llizão da maioria da Junta e qual o conceite que V. Exca. lhe merece. Sem dizer muito entendo que me tenho explicado bastante, e não se cação trutas a barbas enxutas. (...)»⁶⁴.

Estas missivas parecem demonstrar não só uma genuína preocupação com o decurso das operações militares e com a entrada do Exército em Lisboa, mas também uma tensão crescente entre o exército e os civis no decurso das operações militares (que ainda durante o mês de Setembro se viria a materializar num conflito aberto que teve lugar em Leiria no dia 25, como se verá adiante). É aqui necessário recordar que entre a «Proclamação» (de 29 de Agosto) das autoridades lisboetas em relação aos acontecimentos do dia 24 de Agosto e o dia 17 de Setembro (altura em que o Governo Interino de Lisboa jura as novas autoridades) os militares estavam acusados de terem cometido o crime de «rebelião» tendo quebrado «o juramento de fidelidade ao seu rei e às suas bandeiras»⁶⁵. Motivo suficiente para que existisse uma preocupação generalizada no Exército afecto à Junta.

Contudo, como é sabido, em causa não estava só a condução das movimentações do exército e a preocupação com as operações relativas a Lisboa. A questão das colocações e promoções dos principais oficiais que tinham aderido ao pronunciamento de 24 de Agosto era uma preocupação que esses militares queriam ver resolvida antes da entrada em Lisboa.

No espólio de Gaspar Teixeira encontra-se alguma documentação em

63 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

64 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

65 (SANTOS, 1886 I pp. 16 a 53)

que são feitas referências a solicitações de promoções ou colocações de militares, desejo por parte de alguns militares de participar na entrada em Lisboa, bem como outros pedidos semelhantes. Como é referido na carta de 12 de Setembro de 1820 de José de Sousa Pereira de Sampaio Vahia havia entre os militares a ideia que as determinações de Gaspar Teixeira eram «sempre respeitadas pela Junta» e, de acordo com Silva Carvalho, houve desde cedo uma forte pressão de António da Silveira para «preponderar sobre as decisões (...) mui principalmente sobre o Exército, aonde a torto e a direito queria meter todos os seus parentes e Amigos fossem ou não capazes para os Postos que lhes destinava»⁶⁶. Ao próprio Gaspar Teixeira havia sido prometido um «lugar de Glória»⁶⁷ por altura da entrada em Lisboa. Por isso, ou talvez para obter uma maior influência junto dos civis que controlavam a Junta, Gaspar Teixeira terá tentado favorecer um irmão de Ferreira Borges, tentativa essa que saiu gorada conforme se percebe da leitura da seguinte carta escrita por Ferreira Borges a 12.09.1820:

“Illmo. Exmo. Senhor O abaixo assignado vê no Estado Maior relacionado seu irmão António Ferreira Borges Tenente do Regimento 8º. O abaixo assignado agradece por elle a honra de o escolher; porém pede que ele não tenha outro vencimento algum senão o soldo de sua patente a qual vem em seu Regimento, e pede a graça de inserir isto na Ordem do Dia.

José Ferreira Borges”⁶⁸.

Apesar de algumas das propostas de promoções e colocações de Gaspar Teixeira terem sido atendidas pela Junta ao longo do mês de Setembro a situação estava prestes a descontrolar-se. O Exército funcionava em boa parte à margem das determinações da Junta. Pelo que é referido por Silva Carvalho, mesmo após o encontro do Estado-Maior em Coimbra, António da Silveira «tinha a imprudência de dirigir as cousas de tal maneira do Exército que nos não dava parte de cousa alguma (...)»⁶⁹

De acordo com o que é narrado por Xavier de Araújo e por Frei Francisco de S. Luís, já em Leiria, a 25 de Setembro, o Coronel António da

66 Mogarro, Maria João – JOSÉ DA SILVA CARVALHO E A REVOLUÇÃO DE 1820. Lisboa. Livros Horizonte. 1990. p. 127 p.138

67 Sociedade Martins Sarmento. Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3 Carta de Francisco Gomes da Silva para Gaspar Teixeira escrita no Porto a 1.09.1820

68 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

69 (MOGARRO, 1990 p. 139)

Silveira convoca a Junta Provisional do Governo do Reino com a intenção de a dissolver, despachando os seus elementos civis para a Casa da Suplicação de Lisboa e para outros cargos e promovendo e integrando os oficiais em apetecíveis cargos e postos militares⁷⁰. De entre as propostas para cargos militares destaca-se a proposta de reabilitação do seu irmão Conde de Amarante que deveria ser reintegrado no Conselho de Guerra. Gaspar Teixeira, António de Lacerda, Cabreira e Sepúlveda não ficaram esquecidos na lista de promoções de Silveira⁷¹. A ideia foi violentamente rebatida.

Independentemente da vontade de dissolver a Junta (o que não era coisa de somenos), Silveira tentou resolver o problema das promoções militares antes da entrada em Lisboa e, eventualmente, poderá ter tentado convocar o seu irmão, o Conde de Amarante, como uma forma de garantir uma ponte com a Regência caso algo corresse mal⁷².

Pouco tempo depois, em Alcobaça, Silveira, secundado por Cabreira, tentaria, novamente, dissolver a Junta. Sepúlveda, alertado por Silva Carvalho e Frei Francisco de São Luís, apareceu de surpresa em Alcobaça para acalmar os ânimos.

Contudo a agitação na «tropa» continuava e Cabreira personificava-a pois, por iniciativa própria, terá tomado Sacavém, o que diz ter feito para serenar «a agitação dos espíritos dos Oficiais, a Soldados, que se persuadiram, posto que falsamente, que eram tidos em menos-cabo; o que foi assaz notório em todos os Corpos do Exército»⁷³.

Apesar do espírito exaltado e intempestivo de Cabreira, este relato é merecedor de bastante crédito. Nas vésperas da entrada da Junta Provisional em Lisboa o Exército encontrava-se bastante agitado (as diversas cartas citadas ao longo deste texto demonstram-no). E se é verdade que no dia 1 de Outubro a Junta (acompanhada por Sepúlveda e pelas suas tropas) entrou em Lisboa no maior sossego e no meio de grandes festividades, convirá não esquecer que essa entrada se fez numa cidade que, em parte, estava sitiada (com parte do restante Exército do Sul, comandado por Ca-

70 (CORDEIRO, 2020 pp. 256 a 266)

71 (MOGARRO, 1990 p. 139)

72 É de notar que na sequência do pronunciamento de 24 de Agosto figuras como o Duque de Palmela pretendiam utilizar a revolução para «fundar em Portugal um governo constitucional, sem contudo receber as leis do partido revolucionário (...)» (BONIFÁCIO, 2010 p. 159).

73 Ver Cópia da Segunda Representação feita ao Soberano Congresso Nacional por Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira no periódico “Borboleta Constitucional” de 16.05.1821

breira estacionado em Sacavém e com o Exército do Norte em marcha na direcção da capital).

No dia 5 de Outubro, à frente do Exército Nacional, entrava em Lisboa Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, ocupando o «lugar de glória» que a Junta lhe havia prometido no dia 1 de Setembro. Atrás dele estava o seu Exército e um «Estado-Maior» excessivamente grande onde se tinha «chegado a passar fome» uma vez que era composto por mais de cem pessoas⁷⁴. Este número de pessoas pode ser um indicador da enorme rede de contactos que Gaspar Teixeira usou para levar a bom porto a revolução. Se assim foi é natural que uma boa parte destes homens tivesse grandes expectativas relativamente a um bom futuro no Exército ou quanto à obtenção das mais variadas benesses.

5. Martinhada

O pronunciamento de 11 de Novembro de 1820 tem sido encarado de diversas formas. «Simple pronunciamento do «partido militar», pronunciamento dos chefes reaccionários do 24 de Agosto ou pronunciamento de reaccionários e radicais em colaboração tática com os gradualistas e moderados do regime, a Martinhada pôs claramente o problema da legitimidade (e, por consequência da soberania) que em Agosto dispusera o exército à revolta»⁷⁵. Na verdade os militares sentiam «a legitimidade para garantir promoções de carreira para manobrar mudanças no governo ou para influenciar ou inflectir a trajectória da regeneração em curso»⁷⁶ e esperavam apenas uma ocasião para agir. Certamente que o facto de sentirem que estavam a ser empurrados para fora dos círculos do poder⁷⁷ foi determinante para que viessem a entrar em acção.

O requerimento do Juiz do Povo a Gaspar Teixeira poderá ter sido o pretexto ideal para, uma vez mais, pôr em cima da mesa as pretensões dos militares.

Segundo Xavier de Araújo, António da Silveira e Gaspar Teixeira haviam formado juntamente com jovens oficiais um «Club Militar onde se

74 (FRONTEIRA, 1928 p. 209)

75 (PULIDO VALENTE, 2005 p. 66)

76 (CARDOSO, 2019 p. 112).

77 (FRONTEIRA, 1928 p. 214)

tratavam negócios políticos»⁷⁸. Em discussão nesses «Clubes» (a que podem não ter sido alheias algumas lojas maçónicas) estaria certamente o descontentamento do Exército, já notado (e negligenciado) por Fernandes Tomás⁷⁹ e as representações que iam chegando a Gaspar Teixeira (e certamente a outros oficiais), onde jovens militares, afirmando a união do Exército à «vontade do Povo desta Capital» e manifestando «mágoa», se queixavam da «indecisão e apatia»⁸⁰ por parte do Governo em relação às suas pretensões.

Conforme se pode ler num documento encontrado no espólio de Gaspar Teixeira⁸¹ para este General (ou para aqueles que o apoiaram) a legitimidade do pronunciamento de 11 de Novembro era idêntica à de 24 de Agosto, uma conclusão lógica que era aliás partilhada por outros militares⁸². O objectivo político do pronunciamento (a adopção de uma Constituição idêntica à Espanhola) não punha em causa nem os compromissos anteriores (reunir as Cortes e jurar uma Constituição) nem o equilíbrio político da Península. Portanto, tudo parecia encaminhado para que a operação fosse bem-sucedida. Contudo o movimento de 11 de Novembro, graças à hábil acção de Manuel Fernandes Tomás, ao apoio do Coronel Sepúlveda e à divisão da opinião pública seria vencido.

Para os militares envolvidos no movimento as consequências foram distintas. A Silveira, que por motivos de saúde havia pedido a sua demissão (recusada) a 16 de Novembro e que a 17 estaria já restabelecido (pretendendo manter-se no cargo), seria reservado o desterro para a sua casa de Canelas (sem qualquer paragem pelo caminho, que não fosse estritamente necessária) solução que de acordo com o Marquês de Fronteira marca «(...) a guerra terrível que ele fez ao partido liberal de quem foi inimigo declarado e perigoso até à convenção de Évora-Montex»⁸³. Gaspar Teixeira seria perdoado (o risco de expulsar Silveira e Teixeira de Lisboa ao mesmo

78 (ARAÚJO, 1846 p. 59)

79 (PULIDO VALENTE, 2005 p. 63)

80 Carta não datada possivelmente dirigida a Gaspar Teixeira por Capitães, Tenentes e Alferes do Regimento de Cavalaria 1. Pelas patentes a carta parece ter sido dirigida em 1820. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

81 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

82 É sabido que Sá Nogueira partilhava esta ideia.

83 (FRONTEIRA, 1928 p. 216)

tempo era demasiado grande e Fernandes Tomás sabia-o)⁸⁴. Mais tarde foi encarregado de uma comissão militar (a partir da qual desde cedo tentou reintegrar o Coronel Martinho Correa de Moraes e Castro, o mais fiel seguidor do 1º Conde de Amarante)⁸⁵. Entretanto o «Governo tratou de contentar o Exercito preenchendo as vagas que havia em consequência da saída dos oficiais ingleses»⁸⁶. A medida pecou por tardia. Alguns dos principais militares já tinham sido desconsiderados ou afastados e mesmo alguma da oficialidade entretanto promovida não tardaria a olhar com desconfiança para o Governo.

Em Dezembro de 1820 Lacerda da Silveira escrevia ao seu «primo e amigo» Gaspar Teixeira queixando-se que por «ordem da Junta Provisional» o seu quartel-general iria ser mudado para Viseu, afirmando que «parece isto mais castigo do que outro motivo»⁸⁷.

Em 1821 terá saído um panfleto (talvez anónimo, hoje desaparecido) intitulado «Honra Militar» em que era feita a defesa do papel dos militares (em particular de Sepúlveda) em todo o processo iniciado a 24 de Agosto de 1820. O pouco que se conhece desse panfleto é o que vem citado numa resposta publicada em 1821 intitulada «Desagravo da Honra Militar». Em «Honra Militar»⁸⁸ é louvado o papel do Coronel Bernardo Sepúlveda dizendo-se que «Foi o Regimento nº 18 o primeiro que com a sua Brigada levantou o grito da Liberdade Constitucional no Campo de Santo Ovídio no Porto (...)». Em resposta, no folheto «Desagravo da Honra Militar» é afirmado «que cada Classe [civis e militares] está entre si em igualdade de mérito porque ambas trabalharam unanimemente para a Salvação da Pátria (...)»⁸⁹, sendo, contudo, destacado o papel da «Sociedade Impulsora da Salvação da Pátria».

84 Se por acaso estes dois miliares fossem para o “exílio” no norte do país nada poderia garantir que um movimento revoltoso ou contrarrevolucionário não viesse a ocorrer.

85 Guimarães 22.12.1820 - Carta de Grácia Xavier Leite de Almada (mulher de Martinho Correa de Moraes e Castro, mais tarde 1º Visconde da Azenha): «Recebi a carta de V. Exca. datada de 22 do mês passado que de veras estimei (...) Como V. Exca. me dizia que esperava ser numiado Presidente de uma comissão militar o que agora vejo verificado devo esperar o bom (?) da sorte do meu homem, promovido pelas boas intenções de V. Exca. (...)». Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

86 (FRONTEIRA, 1928 p. 217)

87 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Cota: 10-26-22-51

88 Os excertos relativos a este panfleto são citados das transcrições presentes no folheto «Desagravo da Honra Militar»

89 (DESGRAVO DA HONRA MILITAR. 1821. p. 6)

Não há dúvida que os militares viam a sua honra posta em causa, sentindo-se minorizados. Mesmo depois da Martinhada a desconsideração dos dirigentes civis pelos militares continuava, sem que nenhuma lição tivesse sido aprendida.

Descontentes, desterrados e esquecidos, grande parte dos militares envolvidos nos acontecimentos de 1820 acabaria por escolher um caminho comum. Em 1823 abandonavam o campo liberal e aderiam à Vilafranca-da. Gaspar Teixeira, António da Silveira e Bernardo Sepúlveda são apenas alguns dos militares que desde cedo tentaram aderir ao movimento de D. Miguel.

Pouco tempo depois D. João VI, percebendo que as ambições destes militares transcendiam a simples lógica das promoções castrenses, não hesitou em agracia-los com títulos nobiliárquicos e outras honorarias⁹⁰. Provavelmente, como já foi referido neste texto, para além da natural questão da carreira militar, haveria na mente dos militares mais graduados uma questão de valorização social (que se materializaria na obtenção de títulos nobiliárquicos e distinções similares).

Cedo a causa miguelista seria dotada de um valioso conjunto de oficiais superiores saídos directamente do descontentamento que marcou a relação entre militares e civis entre as vésperas do pronunciamento de 24 de Agosto e os meses que se seguiram à Martinhada.

6. Algumas conclusões e uma pergunta:

O cruzamento de informações elaborado para a realização deste pequeno artigo permite tirar algumas conclusões ou, pelo menos, lançar algumas questões que, volvidos 200 anos sobre a Revolução de 1820 continuam em larga medida por responder.

- No que diz respeito a conversações sobre a hipótese de uma alteração da ordem vigente é seguro afirmar que desde cedo (talvez desde 1816) existiram diversos canais de comunicação e de troca de informações entre diversas pessoas (civis e militares).
- O pensamento e o posicionamento ideológico destes militares é hoje praticamente desconhecido. Sabemos que estavam descontentes

90 (SANTOS, 1886 I p. 596)

- com a preponderância dos oficiais ingleses no Exército português e que queriam o regresso da Corte a Portugal. Podemos apenas afirmar com algum grau de segurança que o Coronel António da Silveira (e provavelmente Gaspar Teixeira e Sebastião Cabreira) tinham noção da inevitabilidade de uma mudança da situação política, estavam dispostos a lutar por ela e entendiam que o sistema político resultante dessa mudança teria que estar obrigatoriamente alinhado com Espanha (o que em 1820 implicava a aceitação de um modelo liberal e «constitucional»).
- O parentesco entre os militares envolvidos no pronunciamento de 24 de Agosto e nos acontecimentos subsequentes foi determinante para a mobilização de tropas e, eventualmente, para a neutralidade de certos militares ou regimentos.
 - Aqueles que organizaram o pronunciamento de 24 de Agosto nunca obedeceram exclusivamente ao Sinédrio, existindo várias linhas de comunicação entre os vários elementos (civis e militares) que estiveram envolvidos nos preparativos da Revolução.
 - Durante o período que seguiu ao pronunciamento de 24 de Agosto os civis da Junta Provisional do Governo do Reino não detinham o controlo absoluto sobre o Exército que efectuou algumas operações importantes à revelia da Junta.
 - A Martinhada foi encarada por militares de diversas sensibilidades como uma movimentação tão legítima como a do dia 24 de Agosto. O descontentamento entre os militares era generalizado e o movimento foi apenas uma tentativa de demonstração de força dos militares que, contudo, nunca terá pretendido por em causa a ordem vigente e a estabilidade política peninsular.
 - Da Martinhada e do descontentamento militar que daí em diante foi crescendo saíram muitos dos oficiais superiores que iriam desempenhar importantes cargos no exército de D. Miguel.

Hoje, apesar dos estudos recentes e do acesso a novas fontes primárias, continuamos sem saber o que pensavam os militares que no dia 24 de Agosto de 1820 se dispuseram a actuar. Encontramos alguns fragmentos dispersos do seu pensamento político que, contudo, não nos permitam desenhar mais do que um simples esboço da sua ideologia.

Terminamos com a pergunta que se impõe:
O que pensavam os militares de 1820?

Bibliografia:

- ARAÚJO, José Maria Xavier d' (1846) – *Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto de 1820...* Lisboa. Na Typographia Rollandiana. 1846.
- ARRIAGA, José de (1880) – *Historia da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto. Livraria Portuense. 1880
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Memórias do Duque de Palmela*. Lisboa. D. Quixote. 2010.
- CARDOSO, António Monteiro (2007) – *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820 – 1834)*. Porto. Edições Afrontamento. 2007
- CORDEIRO, José Manuel Lopes – *1820 Revolução Liberal do Porto*. Porto. Câmara Municipal do Porto. 2020
- Desagravo da Honra Militar* (1821). Porto. Na Typografia à Praça de S. Thereza n. 13. 1821
- DOMINGUES, José e Moreira, Vital – «O papel de Coimbra na Revolução Liberal». in JN História 24.08.2020
- FRONTEIRA E ALORNA, Marquês de (1928), *Memórias do Marquês de Fronteira e D'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto. Parte I e II*. Coimbra. Imprensa da Universidade. 1928
- MACEDO, Jorge Borges de (1979), *Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820 – 1836)*. Coimbra. Sep. Revista Portuguesa de História. 1979.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa. Editorial Presença 1996
- MOGARRO, Maria João (1990) – *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*. Lisboa. Livros Horizonte. 1990.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2020), *No bicentenário da Revolução Liberal I – Da Revolução à Constituição*. Lisboa, Porto Editora, 2020.
- PULIDO VALENTE, Vasco (2005) – *Os Militares e a Política*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2005
- SANTOS, Clemente José dos (1886) – *Documentos para a História das Cor-*

- tes Gerais Portuguezas* Lisboa. Imprensa Nacional. 1886.
- SEPÚLVEDA, Bernardo José Correia de Castro (1820) – *Alicerces da Regeneração Portuguesa*. Lisboa. Tipografia Rollandiana. 1820.
- TEIXEIRA, Júlio António (1990), *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*. Lisboa. J. A. Telles da Sylva. 1990
- VARGUES, Isabel Nobre. (1997), *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820- 1823)*, Coimbra. Minerva Editora. 1997
- VENTURA, António, *As Guerras Liberais (1820 – 1834)* Lisboa, Quidnovi, 2008.

Publicações Periódicas:

Azemel Vimaranense

Borboleta Constitucional

Diário Nacional com permissão da Junta do Supremo Governo Provisório do Reino

Arquivos

Sociedade Martins Sarmento:

Espólio da Casa de Vila Pouca/Conde de Vila Pouca. Cota: Arq. 19/3

Ephemerides Vimaranenses, João Lopes de Faria, BS 1-5-48, 4 trimestres.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta:

Casa de Vila Pouca

Cotas: 10-26-22-51; 10-27-2-4-2; 10-26-23-10

Sites consultados:

www.geneall.net.

Arquivo da Universidade de Coimbra (<http://pesquisa.auc.uc.pt/>). Referência: PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/F/005878